

## Conarq institui Rede de Arquivos Públicos e Históricos Estaduais do Poder Executivo

O Conarq publicou, no último dia 26 de agosto de 2024, a Resolução nº 55, que cria a Rede de Arquivos Públicos Estaduais e do Distrito Federal do Poder Executivo, no âmbito do SINAR. A Rede tem como objetivo articular os arquivos estaduais e distrital, promovendo a gestão de documentos e o acesso à informação, além de dar visibilidade às suas demandas na Política Nacional de Arquivos. Composta por representantes dos arquivos estaduais, distritais e do Conarq, a Rede buscará fortalecer a institucionalização dos arquivos públicos, incentivar parcerias com o Arquivo Nacional e promover o compartilhamento de boas práticas. As reuniões ordinárias serão semestrais, com a possibilidade de encontros extraordinários para tratar de questões urgentes, garantindo a integração e o fortalecimento dos arquivos públicos em todo o país.

### RESOLUÇÃO CONARQ/MGI Nº 55, DE 26 DE AGOSTO DE 2024

Institui a Rede de Arquivos Públicos Estaduais e do Distrito Federal dos respectivos Poderes Executivos no âmbito do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR.



## Conarq participa do Fórum Interconselhos

Nos dias 11 e 12 de julho de 2024, representantes do Conselho Nacional de Arquivos participaram do Fórum Interconselhos, realizado no Anfiteatro do TCU, em Brasília. O evento, promovido pela Secretaria-Geral da Presidência da República, destacou a necessidade de consolidação de marcos normativos, paridade de gênero e raça, e inclusão de minorias nos conselhos. Thiago Barros, conselheiro do Conarq, enfatizou a importância de uma participação equilibrada entre governo e sociedade civil, bem como a necessidade de dotação orçamentária para financiar ações estratégicas dos conselhos. Durante os grupos de trabalho, foram discutidos temas ligados à agenda social do G20 e ao fortalecimento da participação popular na formulação de políticas públicas.



## Governo Federal destina R\$ 14 milhões para recuperação de acervos no Rio Grande do Sul

O Governo Federal, por meio do Arquivo Nacional, destinou R\$ 14 milhões para a recuperação de acervos documentais no Rio Grande do Sul, severamente afetados pelas enchentes recentes. A verba foi assegurada através de uma Medida Provisória, integrando um montante maior destinado à recuperação de diversas áreas impactadas no estado. A ação faz parte de um esforço conjunto entre o Arquivo Nacional e o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), com o apoio do Comitê Interministerial de Governança do Patrimônio.

Ana Flávia Magalhães, diretora-geral do Arquivo Nacional e Presidenta do Conarq, destacou a importância desse suporte emergencial para preservar o patrimônio documental do estado, essencial para a cidadania e a administração pública. A equipe do Arquivo Nacional já atua na região desde maio, oferecendo assistência técnica e monitoramento contínuo. Entre as ações realizadas estão a criação de um guia de salvaguarda pós-inundações e a capacitação de profissionais locais em procedimentos de emergência. O esforço reforça o compromisso do Arquivo Nacional em proteger o patrimônio documental brasileiro e fortalecer as políticas públicas de preservação.

### GOVERNO FEDERAL DESTINA 14MI PARA RECUPERAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL NO RIO GRANDE DO SUL, ATRAVÉS DO ARQUIVO NACIONAL

## O acervo arquivístico da Central Única dos Trabalhadores foi declarado de interesse público e social

### PORTARIA MGI Nº 313, DE 21 DE AGOSTO DE 2024

Declara de interesse público e social o acervo documental privado da Central Única dos Trabalhadores.



O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), considerando a aprovação do Conarq, publicou a Portaria nº 313, de 21 de agosto de 2024, declarando o acervo arquivístico da Central Única dos Trabalhadores (CUT) como de interesse público e social. Este acervo é fundamental para a análise das relações políticas, econômicas e sociais da história recente do Brasil. O acervo da CUT, composto por documentos textuais, iconográficos e audiovisuais, registra as lutas sindicais e sociais desde a fundação da entidade. Segundo o parecer técnico, essa documentação é vital para pesquisadores, historiadores e sociólogos que desejam aprofundar seus estudos sobre o movimento sindical brasileiro.

## Arquivos Estaduais Aniversariantes: Parabéns!

### Arquivo Público do Piauí celebra 115 anos

Teresina - No dia 8 de julho, o Arquivo Público do Estado do Piauí (APPI) celebrou seu 115º aniversário. Criado pela Lei Estadual nº 533 de 1909, durante o governo de Anísio Auto de Abreu, o APPI começou com documentos históricos da Secretaria de Governo dos séculos XVIII e XIX. A legislação ressalta sua missão de receber, conservar e classificar documentos públicos e manifestações culturais do Piauí, reafirmando sua importância na preservação da memória estadual.



### Arquivo Público Mineiro celebra 129 anos

Belo Horizonte - Fundado em 11 de julho de 1895 pela Lei Estadual nº 126, o Arquivo Público Mineiro (APM) comemorou 129 anos de dedicação à preservação da história e de Minas Gerais. Inicialmente em Ouro Preto e transferido para Belo Horizonte em 1901. Com um acervo que abrange mais de três séculos da história mineira, o APM continua a promover o acesso democrático a manuscritos, impressos, fotografias e documentos digitais, consolidando seu papel essencial na memória e cultura do estado.

### Arquivo Público do Espírito Santo celebra 108 anos

Vitória - No dia 18 de julho, o Arquivo Público do Espírito Santo celebrou 108 anos desde a criação pelo Decreto nº 135, assinado pelo presidente Jerônimo Monteiro em 1908. A instituição, que guarda um acervo diversificado incluindo processos, papéis oficiais, cartas, fotografias e fitas de áudio e vídeo, reflete as transformações e a evolução do estado ao longo das décadas, consolidando sua importância na conservação da memória e identidade local.



### Arquivo Público do Amazonas completa 127 anos

Manaus - No dia 19 de agosto, o Arquivo Público do Amazonas celebrou 127 anos desde sua criação pelo Decreto nº 184 de 1897, assinado pelo governador Fileto Pires Ferreira. Com a missão de garantir a guarda e conservação dos documentos oficiais do Estado, o Arquivo tornou-se uma referência na preservação da memória histórica do Amazonas, servindo a pesquisadores e a população em geral.

